Quadro de pessoal do Serviço de Informática do Ministério da Saúde

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares	Vencimento
Pessoal dirigente				...	...
Pessoal técnico superior	Gestão	Técnica superior ..	Assessor principal, assessor, técnico superior principal, de 1.ª classe e de 2.ª classe.	...	...
Pessoal de informática	Informática	Técnica superior de informática.	Assessor informático principal	6	(a)
			Assessor informático	12	
			Técnico superior de informática principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	(c) 60	
		—	Administrador superior de sistemas	3	(a)
		—	Administrador de dados	3	(a)
		—	Administrador de sistemas	3	(a)
		—	Planificador	3	(a)
		Programador	Programador especialista, principal ou programador. Programador-adjunto de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	6 8	(a)
		Operador de sistema	Operador de sistema-chefe	8	(a)
			Operador de sistema principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	18	
Controlador de trabalhos.	Controlador de trabalhos-chefe	(d) 3	(a)		
	Controlador de trabalhos principal ou controlador de trabalhos.	(d) 1			
Operador de registo de dados.	Monitor	(d) 3	(a)		
	Operador de registo de dados principal ou operador de registo de dados.	(d) 22			
—	Arquivista de suportes	(e) 3	(a)		
Pessoal técnico		Técnica		...	...
Pessoal técnico-profissional.		Desenhador de artes gráficas.		...	...
	Apoio técnico (documentação e gestão).	Técnica auxiliar...	Técnica auxiliar especialista, principal, de 1.ª classe e de 2.ª classe.	1	(b)
.....				...	...

(a) A remunerar nos termos do Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro.

(b) A remunerar nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

(c) 20 lugares a extinguir quando vagarem.

(d) Lugares a extinguir à medida que vagarem, da base para o topo.

(e) Lugares a extinguir, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro.

Portaria n.º 14/92
de 13 de Janeiro

O Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro, estabelece o estatuto das carreiras e categorias específicas do pessoal de informática e define o regime de transição das carreiras e categorias objecto de extinção e as nor-

mas a observar na adaptação dos quadros de pessoal ao novo regime.

Considerando que o Departamento de Recursos Humanos do Ministério da Saúde (DRH) possui no seu quadro aquelas carreiras, importa promover desde já a sua alteração de acordo com os critérios definidos no supracitado diploma.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro, e nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Saúde, que o quadro de pessoal do Departamento de Recursos Humanos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 513-V/79, de 27 de Dezembro, alterado pelas Portarias n.ºs 317/87, de 16 de Abril, e 147/88, de 9 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 210/89, de 29 de Junho,

seja de novo alterado de acordo com o quadro anexo à presente portaria.

Ministérios das Finanças e da Saúde.

Assinada em 3 de Dezembro de 1991.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento. — Pelo Ministro da Saúde, *Jorge Augusto Pires*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

Quadro de pessoal do Departamento de Recursos Humanos

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares	Vencimento
Pessoal dirigente				...	...
Pessoal técnico superior		Técnica superior...	Assessor principal, assessor, técnico superior principal, de 1.ª classe e de 2.ª classe.	...	...
Pessoal de informática	Informática	Técnica superior de informática.	Assessor informático principal	(c) 1	(a)
			Assessor informático	(c) 1	
			Técnico superior de informática principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	(c) 2	
		Programador	Programador especialista, principal ou programador. Programador-adjunto de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	(d) 1 (d) 1	(a)
		Operador de registo de dados.	Monitor, operador de registo de dados principal ou operador de registo de dados.	(e) 1	(a)
Pessoal de enfermagem				...	...
Pessoal técnico				...	...
Pessoal administrativo		Oficial administrativo.	Oficial administrativo principal	6	(b)
			Primeiro-oficial	(f) 18	
.....				...	...

(a) A remunerar nos termos do Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro.

(b) A remunerar nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

(c) Em qualquer momento não podem existir mais do que dois lugares providos no conjunto destas categorias.

(d) Em qualquer momento não pode existir mais do que um lugar provido no conjunto destas categorias.

(e) Lugar a extinguir quando vagar.

(f) Um lugar só poderá ser provido quando for extinto o lugar de operador de registo de dados.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n.º 15/92

de 13 de Janeiro

A Portaria n.º 940/90, de 4 de Outubro, que aprovou o Regulamento sobre a Protecção das Obtenções Vegetais, considerou aberta a protecção para as espécies em relação às quais já se realizavam na altura no nosso país os ensaios de IHE.

Torna-se agora necessário alargar o âmbito de protecção a outras espécies, tal como aconteceu quando da publicação da Portaria n.º 351/91, de 20 de Abril, de forma a melhor prosseguir o interesse público e a dar resposta às expectativas manifestadas pelos agentes económicos.

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 213/90, de 28 de Junho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, que o artigo 7.º do Regulamento sobre a Protecção das